

ALEXANDRE FREITAS CÂMARA

# O NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

4.<sup>a</sup> Edição

Revista e atualizada



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

**EDITORA ATLAS LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Leonardo Hermano

- Data de fechamento: 14.11.2017

- DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

C172n

Câmara, Alexandre Freitas

O novo processo civil brasileiro / Alexandre Freitas Câmara. – 4. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2018.

ISBN 978-85-97-01436-5

1. Processo civil - Brasil. I. Título.

17-45909

CDU: 347.91/.95(81)



7.5.3	Chamamento ao Processo .....	95
7.5.4	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica ..	96
7.5.5	Intervenção do <i>Amicus Curiae</i> .....	107
7.6	Juiz e Auxiliares da Justiça.....	110
7.6.1	Poderes, Deveres e Responsabilidade do Juiz .....	110
7.6.2	Impedimento e Suspeição .....	113
7.6.3	Auxiliares da Justiça.....	116
7.7	Ministério Público.....	122
7.8	Advocacia Pública .....	123
7.9	Defensoria Pública .....	123
<b>8</b>	<b>Dos atos processuais</b> .....	<b>125</b>
8.1	Atos e Negócios Processuais em Geral.....	125
8.2	Atos das Partes .....	132
8.3	Pronunciamentos do Juiz.....	133
8.4	Atos do Escrivão ou Chefe de Secretaria .....	135
8.5	Tempo e Lugar dos Atos Processuais .....	136
8.6	Prazos Processuais.....	137
8.7	Comunicação dos Atos Processuais.....	141
8.7.1	Citação.....	141
8.7.2	Intimações .....	148
8.7.3	Cartas .....	149
8.8	Invalidade do Ato Processual.....	151
8.9	Distribuição e Registro.....	154
8.10	Valor da Causa .....	156
<b>9</b>	<b>Tutela provisória</b> .....	<b>159</b>
9.1	Tutela de Urgência.....	160
9.2	Tutela da Evidência.....	172
<b>10</b>	<b>Formação, suspensão e extinção do processo</b> .....	<b>177</b>
10.1	Formação do Processo .....	177
10.2	Suspensão do Processo.....	179
10.3	Extinção do Processo .....	186
	<b>Parte especial</b> .....	<b>187</b>
<b>11</b>	<b>Procedimento comum do processo de conhecimento</b> .....	<b>189</b>
11.1	Considerações Iniciais.....	189
11.2	Petição Inicial .....	194
11.2.1	Pedido .....	196
11.2.2	Indeferimento da Petição Inicial .....	201
11.2.3	Improcedência Liminar do Pedido .....	203
11.3	Audiência de Conciliação ou de Mediação .....	205

11.4	Resposta do Réu .....	207
11.4.1	Contestação e Revelia .....	207
11.4.2	Reconvenção .....	213
11.5	Providências Preliminares .....	215
11.5.1	Especificação de Provas .....	215
11.5.2	Réplica .....	216
11.6	Julgamento conforme o Estado do Processo .....	217
11.6.1	Extinção do Processo .....	217
11.6.2	Julgamento Antecipado (Total ou Parcial) do Mérito.....	218
11.6.3	Saneamento e Organização do Processo .....	219
<b>12</b>	<b>Audiência de instrução e julgamento .....</b>	<b>223</b>
<b>13</b>	<b>Direito probatório .....</b>	<b>227</b>
13.1	Teoria Geral da Prova .....	227
13.1.1	Conceito de Prova .....	227
13.1.2	Objeto da Prova .....	228
13.1.3	Destinatários da Prova .....	230
13.1.4	Ônus da Prova .....	235
13.1.5	Meios de Prova.....	239
13.1.6	Prova Emprestada .....	241
13.2	Demandas Probatórias Autônomas .....	242
13.3	Ata Notarial .....	245
13.4	Depoimento Pessoal .....	246
13.5	Confissão .....	248
13.6	Exibição de Documento ou Coisa .....	249
13.7	Prova Documental.....	251
13.7.1	Documentos Eletrônicos.....	256
13.8	Prova Testemunhal .....	257
13.9	Prova Pericial.....	262
13.10	Inspeção Judicial .....	266
<b>14</b>	<b>Sentença .....</b>	<b>269</b>
14.1	Conceito .....	269
14.2	Sentenças Terminativas e Definitivas .....	271
14.3	Elementos.....	279
14.3.1	Relatório.....	280
14.3.2	Fundamentação .....	280
14.3.3	Dispositivo .....	289
14.4	Interpretação da Sentença .....	290
14.5	Classificação da Sentença Definitiva .....	292
<b>15</b>	<b>Remessa necessária .....</b>	<b>301</b>

<b>16</b>	<b>Estabilização, preclusão e coisa julgada</b> .....	305
16.1	Estabilização.....	305
16.2	Preclusão.....	307
16.3	Coisa Julgada.....	309
16.3.1	Coisa Julgada Formal e Coisa Julgada Material.....	310
16.3.2	Limites Objetivos da Coisa Julgada.....	312
16.3.3	Limites Subjetivos da Coisa Julgada.....	316
16.3.4	Coisa Julgada nas Sentenças Determinativas.....	318
<b>17</b>	<b>Teoria geral da execução</b> .....	321
17.1	Execução em Geral.....	321
17.2	Partes no Procedimento Executivo.....	325
17.3	Competência.....	325
17.4	Requisitos Necessários para Realizar Qualquer Execução.....	327
17.4.1	Título Executivo.....	328
17.4.1.1	Títulos executivos judiciais.....	330
17.4.1.2	Títulos executivos extrajudiciais.....	336
17.5	Responsabilidade Patrimonial.....	343
17.5.1	Alienações Fraudulentas.....	345
17.5.2	Bens Impenhoráveis.....	351
<b>18</b>	<b>Liquidação de sentença</b> .....	357
<b>19</b>	<b>Cumprimento de sentença</b> .....	363
19.1	Disposições Gerais.....	363
19.2	Cumprimento de Sentença no Caso de Obrigação Pecuniária....	365
19.2.1	Cumprimento Provisório.....	365
19.2.2	Cumprimento Definitivo.....	367
19.2.3	Cumprimento da Sentença no Caso de Prestação Alimen- tícia.....	370
19.2.4	Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública....	372
19.3	Cumprimento da Sentença no caso de Obrigação de Fazer, Não Fazer ou Entregar Coisa.....	373
<b>20</b>	<b>Espécies de execução fundadas em título extrajudicial</b> .....	377
20.1	Disposições Gerais.....	377
20.2	Execução para Entrega de Coisa.....	379
20.3	Execução das Obrigações de Fazer e de Não Fazer.....	381
20.4	Execução por Quantia Certa.....	383
20.4.1	Disposições Gerais.....	383
20.4.2	Citação e Arresto.....	384
20.4.3	Penhora, Depósito e Avaliação.....	385
20.4.3.1	Modificações da penhora.....	389
20.4.3.2	Penhora de dinheiro.....	390

20.4.3.3	Penhora de créditos .....	391
20.4.3.4	Penhora de quotas ou ações de sociedades personificadas.....	392
20.4.3.5	Penhora de empresa, de outros estabeleci- mentos e de semoventes .....	393
20.4.3.6	Penhora de percentual de faturamento de empresa .....	394
20.4.3.7	Penhora de frutos e rendimentos de bens ....	394
20.4.3.8	Avaliação.....	395
20.4.4	Expropriação de Bens .....	397
20.4.4.1	Adjudicação.....	397
20.4.4.2	Alienação .....	400
20.4.5	Satisfação do Crédito .....	407
20.5	Execução Contra a Fazenda Pública.....	409
20.6	Execução de Alimentos.....	409
<b>21</b>	<b>Defesas do executado .....</b>	<b>411</b>
21.1	Impugnação ao Cumprimento de Sentença .....	411
21.2	Embargos do Executado.....	417
<b>22</b>	<b>Suspensão e extinção do processo de execução .....</b>	<b>425</b>
22.1	Suspensão .....	425
22.2	Extinção.....	428
<b>23</b>	<b>Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.....</b>	<b>431</b>
23.1	Precedentes Judiciais .....	431
23.2	Ordem dos Processos nos Tribunais .....	449
23.2.1	Poderes do Relator .....	454
23.3	Incidente de Assunção de Competência .....	458
23.4	Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade .....	460
23.5	Conflito de Competência .....	462
23.6	Homologação de Decisão Estrangeira e Concessão de <i>Exequa- tur</i> à Carta Rogatória .....	464
23.7	Ação Rescisória .....	469
23.8	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas .....	482
23.9	Reclamação .....	491
23.10	Recursos .....	495
23.10.1	Teoria Geral dos Recursos.....	495
23.10.2	Recursos em Espécie.....	514
23.10.2.1	Apelação .....	515
23.10.2.2	Agravo de instrumento.....	527
23.10.2.3	Agravo interno .....	535
23.10.2.4	Embargos de declaração .....	536

23.10.2.5	Recursos para o STF e para o STJ.....	542
23.10.2.5.1	Recurso ordinário constitucional...	542
23.10.2.5.2	Recurso extraordinário e recurso especial .....	544
23.10.2.5.2.1	Julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos.....	557
23.10.2.5.3	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário .....	564
23.10.2.5.4	Embargos de divergência .....	566